



ID: 106956988

02-09-2023 | NOVO ECONOMIA

ENTREVISTA

Óscar Afonso /

Economista e presidente da Faculdade de Economia do Porto

O secretário de Estados dos Assuntos Fiscais já deu ordem à AT para cobrança do IMI no negócio de venda das seis barragens transmontanas da EDP aos franceses da Engie, por 2,2 mil milhões de euros, apelidado de "borla fiscal". Mas, até agora, o fisco tem-se recusado a liquidar este imposto, revela Óscar Afonso, que integra o Movimento Cultural da Terra de Miranda (MCTM)

“O negócio das barragens veio mostrar um Estado frágil, um Estado falhado”

Lígia Simões

lismoes@medianove.com

Óscar Afonso fala sobre a luta do movimento de Miranda relativa ao negócio de venda das barragens que não pagou, além do IMI, outros impostos, como IMT, imposto de Selo e IRC. Tudo somado ronda os 200 milhões de euros, com o responsável do movimento cultural a denunciar a captura do Estado pelas entidades públicas envolvidas neste processo.

O economista dá ainda conta dos seus novos desafios na liderança da Faculdade de Economia do Porto (FEP), sinalizando principais projetos e ambições. E revela o plano de ação para a ligação entre a FEP e o mundo empresarial.

Óscar Afonso elenca ainda os principais desafios do país, colocando no topo das prioridades a necessidade de elevar o potencial de crescimento da economia portuguesa.

Continua na sua agenda a luta encetada pelo MCTM pelo pagamento dos impostos relativos à venda das seis barragens da bacia hidrográfica do Douro?

Claro que sim, o Movimento Cultural da Terra de Miranda (MCTM) é um exemplo de cidadania que se levantou contra o abandono e a discriminação a que um Estado cada vez mais centralista nos tem silenciosamente condenado. Denunciámos e provámos a vergonha do negócio das barragens, produzimos um plano estratégico onde demonstrámos que a Terra de Miranda tem recursos naturais linguísticos e



Nesse negócio, estava tudo preparado para nada ser pago [de impostos]. Todas as instituições públicas [foram] capturadas e amansadas, em especial a APA e incluindo a AT

culturais que lhe permitem ser uma terra de prosperidade. Este Estado centralista e arrogante está a matar o interior do país, enquanto enche a boca com a coesão territorial. Continuar esta luta é um dever e um desafio.

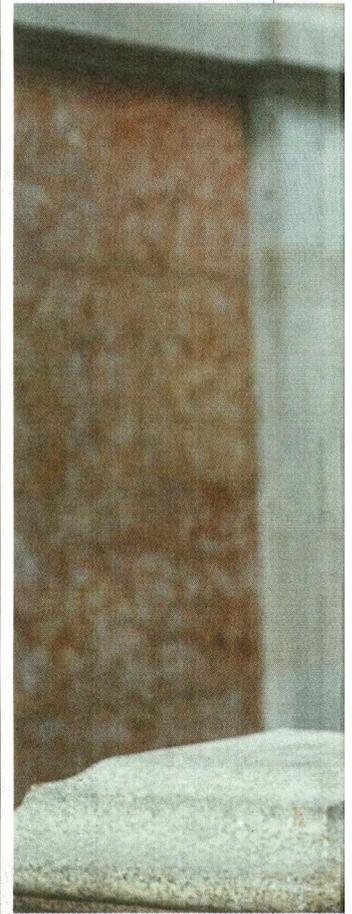
O que está na base das suspeitas deste negócio?

O negócio das barragens veio mostrar um Estado frágil, um Estado falhado. O negócio foi entre privados, mas autorizado pelo Estado. Essa autorização dependia de três entidades, que existem especificamente para defender o interesse público, mas que o ignoraram e o traíram. Uma delas, dizendo que não tinham tempo nem ninguém disponível para analisar o negócio, outra dizendo, ao mesmo tempo, que as barragens eram bens do domínio público e que era legal um negócio que as vendia, como no conto do vigário. Um ministro e um secretário de Estado a garantirem publicamente que um negócio de 2,2 mil milhões de euros não estava sujeito a nenhum imposto, vá-se lá a saber porquê, ainda para mais acrescentando que não conheciam os seus termos. Tudo isto, e muito mais, tem de ser

cabalmente esclarecido. O que explica tudo isto senão um Estado capturado?

Porque é que não foram pagos impostos à Câmara de Miranda do Douro?

Nesse negócio estava tudo preparado para nada ser pago. Todas as instituições públicas [foram] capturadas e amansadas, em especial a APA e incluindo a AT, que só iniciou a sua inspeção porque foi obrigada pela Assembleia da República, após a denúncia pública do MCTM, e que, até agora, se tem recusado a liquidar o IMI, mesmo depois de o secretário de Estado lhe ter dado ordens públicas para o fazer. Estava também dominado o poder local, que se calou e colaborou, traindo com isso as populações. Neste meticuloso plano, urdido pelos melhores e mais finos consultores fiscais da praça, com tudo para ser uma história de sucesso de milhões de fuga ao fisco, só não falhou uma coisa: um Movimento Cívico que se levantou de repente e pôs tudo a nu. O rei vai nu. Agora os impostos vão ter de ser todos pagos. Assim funcionem os dois poderes que



restam, o judicial e o mediático, porque o administrativo já mostrou ao que está.

Tem defendido a linha de alta velocidade Porto-Zamora-Madrid. Quais as vantagens?

As vantagens deste corredor ferroviário são evidentes, não só pela criação de valor e pela coesão territorial e socioeconómica que conferem a todo o território da região norte, como também por colocar todo este território num eixo ferroviário de altas prestações entre a Área Metropolitana do Porto e Madrid. Por outro lado, representa o regresso do comboio a Trás-os-Montes, numa versão moderna que também contribuirá para a descarbonização de toda a região.

Como se sente, enquanto transmontano, por ter sido nomeado para diretor



FOTO CEDIDA

da Faculdade de Economia do Porto (FEP)?

Sinto-me honrado e agradecido por ter sido escolhido pelos meus colegas, docentes e colaboradores, pelos estudantes e pelo representante da sociedade civil. Ser transmontano e mirandês, território com o qual também me sinto comprometido, só reforça o meu compromisso com a FEP, a Universidade do Porto e a cidade do Porto, que sempre muito bem me acolheu, como é seu costume, e com a qual me passei também a identificar, percebendo o porquê de ser "Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta".

Assumir a direção da FEP é uma grande responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, representa uma oportunidade valiosa para contribuir para a educação em

Economia e Gestão e o desenvolvimento académico, beneficiando, em primeiro lugar, a comunidade académica da FEP, mas também a sociedade em geral, face ao papel fundamental que a educação desempenha no avanço de uma comunidade.

Agora que está na liderança da FEP, quais são os seus principais projetos e ambições?

Acredito que unidos - estudantes, docentes, investigadores, colaboradores, Alumni e stakeholders - conseguiremos alcançarmos a excelência que procuramos. Tenho a ambição de fazer da FEP uma escola colaborativa com a restante Universidade do Porto, com uma atitude ambiciosa e inovadora capaz de responder permanentemente aos desafios sociais, económicos, ambientais e

tecnológicos. E com uma cultura inclusiva, dinâmica, flexível e internacional em todos os domínios da sua missão, bem como com uma gestão democrática, transparente e descentralizada, que fomente a participação, valorize a pluralidade de opiniões e aceite o erro como fonte de aprendizagem e melhoria permanente. Pretende-se ainda uma escola com diversidade científica e multidisciplinaridade no ensino de excelência e na investigação potenciada; com abertura e conexão efetiva com a comunidade empresarial, social e cultural; que reconheça o valor das pessoas (que estudam ou trabalham) que contribuem para a vida da FEP e que valorize os seus stakeholders externos, que esteja alinhada com as agendas para a transição digital e

climática e, de forma mais geral, comprometida com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Diante da complexidade da tarefa e dos inúmeros obstáculos que encontraremos, incluindo constrangimentos organizacionais, financeiros ou mesmo políticos, a colaboração de todos é crucial.

Qual é o plano de ação para a ligação entre a FEP e o mundo empresarial?

A ligação entre a FEP e o mundo empresarial insere-se no âmbito da terceira missão da Faculdade, o serviço à sociedade. Um dos objetivos é dotar a FEP dos meios necessários à criação de valor assente no conhecimento em Economia e Gestão, tendo para tal sido decididas várias medidas como a criação do Clube de Gestores (já constituído), que visa reforçar a

ligação ao mundo empresarial. O Clube deverá partilhar com a comunidade FEP conteúdos, problemas e soluções. E a criação do Gabinete de Projetos e Relação com Empresas, que, entre outras funções, deverá assegurar um apoio pró-ativo à interface com o meio empresarial, reforçando a ligação ao setor empresarial, ao setor público e ao terceiro setor, e apoiando a prestação de serviços realizada por estudantes, bem como projetos de investigação aplicada envolvendo docentes, investigadores e estudantes. Um segundo objetivo no âmbito do serviço à sociedade é aumentar a valorização, a visibilidade e o impacto do conhecimento. Destaca-se a criação do Gabinete de Estudos Económicos, Empresariais e de Políticas Públicas (G3E2P) - Produção de conhecimento económico, empresarial e social estratégico e útil para a sociedade e o seu tecido empresarial, incluindo propostas de políticas públicas inovadoras.

Quais são os principais desafios que o País enfrenta?

Os desafios são muitos, mas todos eles se prendem com a necessidade de elevar o potencial de crescimento da economia portuguesa, pois tal permitirá, simultaneamente, uma redução dos rácios de endividamento, público e privado, e mais receitas públicas para financiar despesas cruciais para o bem-estar e a produtividade: saúde, educação e outro investimento público reprodutivo. Portanto, o desafio primordial é a adoção de reformas estruturais que permitam elevar o crescimento potencial, mas isso depende da vontade e iniciativa política do Governo (que parece ser muito pouca, após estes anos no poder) e um acordo mínimo com a oposição, pois várias reformas precisam de uma maioria alargada. Analisando a "função produção nacional" verificamos que tem havido uma degradação institucional, materializada na deterioração da qualidade dos serviços públicos, a taxa de natalidade é exigua, os nossos jovens emigram e são substituídos por imigrantes menos qualificados, e o investimento está a níveis lastimáveis. A manter-se este cenário não se augura nada de

“O negócio das barragens veio mostrar um Estado frágil e falhado”

Óscar Afonso fala, em entrevista ao NOVO Economia, sobre a luta do Movimento Terra de Miranda relativa ao negócio de venda das barragens que não pagou impostos de mais de 200 milhões de euros. E denuncia a captura do Estado pelas entidades públicas envolvidas neste processo. Dá ainda conta dos seus novos desafios na liderança da FEP **PP. 4-5**

